

# Representações do terrorismo no hip hop Português: Valete sobre a “América Imperialista”

Rui Pedro Fonseca

2016

2016

**REPRESENTAÇÕES DO TERRORISMO NO HIP HOP  
PORTUGUÊS: VALETE SOBRE A “AMÉRICA IMPERIALISTA”**

Rui Pedro Fonseca

Este texto tem como base os resultados do projeto de investigação ‘Portugal ao Espelho: identidade e transformação na literatura, no cinema e na música popular’, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, e desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Portugal.

## Sumário

Resumo	3
1. Introdução	4
2. A “versão oficial” sobre o terrorismo internacional nos media em Portugal	7
3. O terrorismo internacional dos Estados Unidos na música de Valete	10
4. A invasão dos EUA no Iraque (2003)	10
5. O Direito Internacional na questão EUA/Israel e Palestina	11
6. EUA e a guerra do Vietname	13
7. Conclusões	16
Referências bibliográficas	19

## Resumo

O terrorismo é uma das mais prementes problemáticas contemporâneas, não só no contexto nacional, mas também à escala global. Valete constitui-se uma das exceções no panorama português cuja música contestatária reage contra o terrorismo, alegadamente, perpetrado pela *“América Imperialista”*. A discussão neste artigo cinge-se a dois objetivos específicos: em primeiro lugar, analisar qualitativamente um caso de terrorismo em duas músicas de Valete por oposição às representações oficiais da imprensa nacional. Em segundo lugar, e este consiste no objetivo mais relevante deste artigo, pretende-se averiguar a veracidade e acuidade das representações de Valete no que concerne ao envolvimento dos Estados Unidos em terrorismo em alguns dos países designados pelo cantor.

**Palavras-chave:** Valete, hip hop, Portugal, terrorismo, representações.

## 1. Introdução

Ainda que ténue, Portugal tem vindo a ter um papel específico na arena política internacional, concretamente na esfera geopolítica, designadamente nos conflitos políticos, económicos e militares entre países<sup>1</sup>. Porque estão implicadas liberdades e direitos humanos, o terrorismo é uma das mais prementes problemáticas contemporâneas, não só no contexto nacional, mas também à escala global. Apesar da pertinência da problemática, a cultura portuguesa, concretamente a música e os discursos que nela gravitam, contém uma escassa alusão ao terrorismo internacional. Valete constitui-se como uma das exceções no panorama português.

O tema do terrorismo internacional tem sido um tema dominante e altamente disseminado na agenda mediática portuguesa, bem como na internacional, que não só reflete a tensão de determinadas visões dominantes (*i.e.*: sobre o que é o terrorismo e sobre quem o pratica), como tem vindo a legitimar uma agenda específica de fabricação de um consenso generalizado na opinião pública do Ocidente (bem como na portuguesa) relativamente a ações militares concertadas ao longo dos séculos XX e XXI. E este será essencialmente o objeto de análise deste artigo. Como é que a cultura portuguesa, através música do rapper Valete, interpreta o terrorismo repercutido à escala global?

É também nos seus processos interpretativos dos fenómenos sociais que a cultura portuguesa se constitui enquanto um mosaico de identidades locais, regionais, de índole europeia (Cf. Silva, 2016: 13), estadunidense, e de outras que se incluem no mercado e rede globais. Se a identidade portuguesa é um somatório de distintas culturas locais e internacionais, significa que é multiculturalizada, globalizada e, tendencialmente, uniformizada. Este fenómeno implica a existência de uma cultura comum que é partilhada por muitos países e que, de alguma forma, aderem a culturas nacionais e regionais (Cf. Crane, 1992: 161).

Pertencer / reproduzir uma dada cultura significa sustentar uma determinada identidade, partilhar crenças, representações, gostos e práticas intrínsecas. O globalizado hip hop assume-se como ambos: (a) estilisticamente, como um género musical que reúne os requisitos de uma subcultura, presentemente globalizada, cuja génese identitária é

---

<sup>1</sup>Por exemplo, se considerarmos a invasão no Iraque pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e forças da coligação, a Base das Lajes dos Açores foi usada pelos Estados Unidos para colocar alguma frota militar. Foi também nas Lages, a 16 de Março de 2003, onde teve lugar uma reunião que ditaria a invasão no Iraque (Cf. Rocha, 2008).

Portugal também iria contribuir com um contingente de 128 militares da GNR que permaneceriam no terreno até 2005 (Cf. Carney, 2001: 10).

pluricomunitária; e (b), ao nível de conteúdos, as suas representações são potencializadoras de incrementar a consciência cívica e social dos públicos, de informar, de esclarecer, de proporcionar a reflexão e o debate, de testemunhar determinadas ocorrências históricas.

No contexto internacional existem algumas referências do hip hop cujas obras musicais recentes se constituem como prolongamento de discursos contestatários (também tratados por ativistas, grupos, movimentos, etc.), voltados para a consciencialização política e social. As temáticas tratadas no hip hop nacional e internacional são as mais variadas podendo albergar a identidade de género, questões ambientais, direitos humanos, direitos dos animais não humanos, racismo, capitalismo, políticas governamentais, globalização, crise económica; desigualdades sociais, capitalismo, guerra, etc. Concretamente, a tematização sobre o terrorismo pode ser encontrada em músicas como: *“Mosh”* (Album *Encore*, 2004) de Eminem – que faz alusão à invasão do Iraque, durante a presidência de George W. Bush, como forma dos EUA aumentarem o seu monopólio de recursos petrolíferos; *“Uncommon Valor”* (Album *Servants in Heaven, Kings in Hell*, 2006) de R.A. The Rugged Man - que alude à chacina de vietnamitas na Guerra do Vietname, bem como as más condições de vida dos sobreviventes veteranos de guerra; *“Bin Laden”* (Single, 2005) de Immortal Technique (com a colaboração de Mos Def e DJ Green Lantern) – em que Bin Laden é mencionado como ex-colaborador da CIA, e os atentados ao World Trade Center são representados como um falso pretexto que legitimaria a Guerra no Iraque com a finalidade de algumas multinacionais estadunidenses prosperarem economicamente; *“Terrorist”* (Album *Soundtrack To The Struggle*, 2011) de Lowkey - refere-se à demonização dos media ocidentais dos países árabes e a sua associação ao terrorismo; menciona práticas terroristas dos Estados Unidos, bem como o seu apoio a governos ditatoriais.

Alguma da obra de Valete<sup>2</sup> representa um pequeno segmento da música portuguesa alusiva ao terrorismo, é enquadrável nas referências supramencionadas. As intervenções militares (diretas e indiretas) dos Estados Unidos em alguns países que o próprio autor designa são, precisamente, o foco deste artigo. A música de Valete é contestatária, uma *“revolução”* representativa do *“terceiro mundo”*, do *“povo”*; reage contra o *“genocídio capitalista”*, *“Casa Branca”*, a *“América Imperialista”* - os Estados Unidos são adjetivados

---

<sup>2</sup> Valete, ou Keidje Torres Lima (nascido a 1981, em Damaia), é um rapper português que começou a participar no movimento Hip-hop em Portugal em 1997. Participou em projetos com o Adamastor e Bónus, formou o Canal 115 e, mais tarde, a Editora Horizontal Records. Atuou também com DJs como Bomberjack e Cruzfader. Álbuns Lançados: *Educação Visual* (2002); *Serviço Público* (2006); *Contra Cultura* (2012); *Na Batida dos Outros* (2015) [https://pt.wikipedia.org/wiki/Valete\\_%28rapper%29](https://pt.wikipedia.org/wiki/Valete_%28rapper%29)

como os “opressores”, a “escória”, o “demónio”, “parasitas que devastaram, arrasaram vidas”. Na faixa musical *Anti-Heroi*, Valete situa as vítimas de alguns países responsabilizando diretamente os Estados Unidos: «*Palestina, Cambodja, Vietname, Angola, Iraque, Somália, Afeganistão e Bósnia*» – onde há «*gente angustiada, traumatizada por um passado onde foram pisadas, martirizadas, apedrejadas, excluídas, extorquidas, estropiadas, cuspidas*» (Cf. Valete, 2006). Por inerência, as mensagens contestatárias representadas na música de Valete são representativas do posicionamento ideológico da ala esquerda<sup>3</sup>, presumivelmente transversais em relação a uma facção da opinião pública portuguesa, bem como de facções da comunidade internacional.

A discussão neste artigo cinge-se a dois objetivos específicos: em primeiro lugar, através de um estudo de caso – o dos ataques às Torres Gémeas a 11 de Setembro de 2001, importa compreender as formas que o terrorismo é coberto qualitativamente, bem como nas formas que vítimas, agressores e factos são também tratados e designados – quer por Valete, quer pelos media nacionais. Para o efeito recorreu-se, para o caso do Valete, à análise qualitativa das duas obras musicais que fazem alusão ao terrorismo internacional: “*Anti-Heroi*” e “*Fim da Ditadura*”. Em relação à cobertura do *terrorismo* nos media nacionais recorreu-se a um estudo que analisa qualitativamente o tratamento que foi dado pela imprensa portuguesa aos ataques do 11 de Setembro de 2001: “*O 11 de Setembro na imprensa portuguesa: a semana seguinte*”, de Andreia Pereira. Esta medida permite compreender que existem, por parte da imprensa portuguesa, representações mais ou menos consensuais e hegemónicas em relação ao terrorismo cujas versões são antagónicas comparativamente com as da musica de Valete.

Em segundo lugar, e este consiste no objetivo mais importante deste artigo, pretende-se averiguar a veracidade e acuidade das alegações de Valete em relação à intervenção dos Estados Unidos em alguns dos países designados pelo autor: Iraque, Palestina (sendo que

---

<sup>3</sup> A música “*Anti-Heroi*” está repleta de figuras históricas de esquerda, símbolos da liberdade e da revolução, que assumiram posições e agregaram esforços contra a ditadura, imperialismo, e capitalismo: Marx, Nelson Mandela, Zeca Afonso, Cabral, Che Guevara, Malcom-x, Pepetela, Lulumba e Ghandi, Xanana Gusmão, Martin Luther King, Bob Marley – estas são algumas das figuras de referência que o autor Valete se “*alimenta*” e faz referência. Em “*Fim da Ditadura*”, figuras de referência de esquerda são novamente aludidas, Mao Tse Tung, Marx, Trotsky, Che Guevara, Sardat, Saramago, Mia Couto, Chomsky, Fidel Castro, Arafat, Chavez, Khadafi; mas também algumas organizações que comumente são designadas pelo Ocidente como terroristas: Hamas, Jihad e Hezbollah, Zapatistas, Talibãs, Fatah, bem como FARC, Al Qaeda, e o movimento Black Panther.

neste território a intervenção é indireta) e Vietname<sup>4</sup>. Foi utilizada uma metodologia semelhante para os três casos. Primeiramente, designar o conflito e/ou motivos da intervenção; seguidamente destacar eventuais crimes de guerra / atos de terrorismo. Para o efeito fez-se, essencialmente, uso de fontes incontroversas, como de *Organizações Não Governamentais* (e.g., *Amnistia Internacional*), jornalismo de investigação (e.g. John Pilger) bem como de fontes onde os próprios agentes políticos e outros atores militares foram intervenientes nas ações militares e políticas respetivas; no caso concreto da Palestina recorreu-se, essencialmente, ao *Tribunal Internacional de Justiça*, bem como algumas das resoluções do *Conselho de Segurança* e da *Assembleia Geral das Nações Unidas*.

## 2. A “versão oficial” sobre o terrorismo internacional nos media em Portugal

No âmbito do “terrorismo” internacional, Valete responsabiliza os media (e.g.: “a televisão”) de “manipular”, “formatar” e “enganar” (Cf. Valete, 2006). Esta premissa despoleta a primeira questão de partida: será a versão oficial dos media portugueses sobre o “terrorismo” internacional tendenciosa e será que serve determinados interesses ideológicos?

Desde logo é pertinente definir o termo chave que é incessantemente utilizado pelos media em Portugal: o “terrorismo”. O termo não possui uma definição universal dada a falta de consenso entre os países, sistemas legais e agências governamentais (e.g. Nações Unidas, Direito Internacional, etc.). Por conseguinte, deparamo-nos com várias definições sobre o termo ainda que, muitas das vezes, com similaridades em alguns pontos. Contudo, para obtermos um enquadramento teórico claro e relativamente consensual relativamente às práticas inerentes ao “terrorismo”, consideremos como válida a definição do *Departamento de Defesa dos Estados Unidos* (1983) que define “terrorismo” pelo:

(...) uso ilegal ou ameaça de uso de força ou de violência contra pessoas ou propriedades com o fim de coagir ou intimidar governos ou sociedades, muitas vezes para alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos. (Schmid, et al., 1988: 33)

A história regista apenas um único exemplo de “terrorismo” internacional - assinalado pelo *Tribunal Internacional de Justiça* (o órgão judicial da ONU). Foi o caso em que os

---

<sup>4</sup> Valete também designa outros países nas suas duas músicas: Cambodja, Angola, Somália, Afeganistão, Bósnia e Japão (Hiroshima e Nagasaki). Por uma questão formal, e porque não se podem averiguar todos os países neste artigo, optou-se pelo Iraque, Palestina e Vietname.



Estados Unidos, sob a administração Reagan, foram considerados culpados (em 1986) pelo «uso ilegal de violência» pelas suas ações militares e paramilitares na Nicarágua, designadamente por «matar civis que tentaram abandonar cidades» (Cf. *International Court of Justice*, 1986); e por destruir o país de forma substancial. Estes ataques a alvos civis (portanto, enquadráveis na designação de “terrorismo” de acordo com a definição do *Departamento de Defesa dos Estados Unidos*), tiveram o apoio logístico e estratégico da guerrilha *Contras*, e seriam acompanhados de guerras económicas cujo objetivo principal foi o de derrubar o movimento popular Sandinista e evitar qualquer tipo de desenvolvimento económico e reforma social na Nicarágua. Embora o *Tribunal Internacional de Justiça* tenha intercedido a favor da Nicarágua e exigindo reparações, os Estados Unidos usariam do seu poder de veto no *Concelho de Segurança das Nações Unidas* com o propósito de bloquearem a sua pena (Cf. *United Nations Security Council*, 1986: 51).

Mais recentemente, os ataques ao *World Trade Center* bem como ao Pentágono simbolizaram, respetivamente, ataques ao poder financeiro e ao poder militar dos Estados Unidos. O terror, horror, morte e destruição são ainda representados na televisão portuguesa sob diferentes ângulos, em centenas de repetições. O terror humano foi mostrado numa dimensão sem precedentes: as vítimas dentro das torres a arder, as vítimas dos aviões que se despediram dos seus entes queridos com mensagens de voz; a revelação das suas identidades e histórias de vida, etc., fatores que contribuíram intensificar o drama humano. Anualmente, no evento que se tornou num memorial coletivo a 11 de Setembro, os media transmitem a reunião de autoridades policiais, políticos, empresários, bombeiros, e multidões no *Ground Zero* e que incitam anualmente à memória coletiva desse trágico dia que vitimizou, aproximadamente, 3000 pessoas nos EUA. Esta data reforçaria uma agenda mediática orquestrada pelos poderes políticos dos Estados Unidos: a cruzada da «luta ao terrorismo». Os ataques a 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, tornaram-se na referência icónica obrigatória, representada com uma incomparável unicidade, como expoente máximo de terrorismo (Cf. Fonseca, 2012: 1).

Num estudo<sup>5</sup> conduzido em Portugal, por Andreia Pereira, sobre a cobertura da imprensa escrita portuguesa aos ataques terroristas nos Estados Unidos a 11 de Setembro, demonstrou não apenas que as notícias foram demasiado extensas, como o tema foi muito visual (Cf. Pereira, 2005: 129), com «uma cobertura fotográfica enfática» (*Idem*:

---

<sup>5</sup> A amostra corresponde a cinco jornais: três diários – Público, Diário de Notícias (DN) e Jornal de Notícias (JN) e dois semanários Expresso e Independente. Foi feita uma análise pelo período de uma semana: de 12 ao dia 18 de Setembro de 2001. No total foram analisadas 27 edições que correspondem a 1487 peças noticiosas (Cf. Pereira, 2005: 115).

132). Um dos aspetos mais explorados (acriticamente) pela imprensa portuguesa foi a «*guerra ao terrorismo*», anunciada pelo então presidente estadunidense George W. Bush (*Idem*: 136), como uma ameaça não apenas à segurança interna dos Estados Unidos, mas também ao Ocidente (*Idem*: 136). Assistiu-se nos media nacionais uma convergência com os media estadunidenses em relação aos atentados terroristas, veiculando a ideia de «*necessidade de retaliação*» (*Idem*: 153), designadamente pelo uso de mecanismos maniqueístas de personalizar George Bush e os Estados Unidos como o “símbolo do Bem”, e Bin Laden (mais tarde Saddam Hussein) como figuras que personalizavam o “Mal” (*Idem*).

Um dos grandes papéis dos media (incluindo os portugueses) foi exatamente a iniciação do paradigma da designada «*guerra de civilizações*» (Kellner, 2007: 130), «*guerra ao terrorismo*» e a doutrina da «*guerra preventiva*». As políticas anunciadas pela administração Bush – Cheney, que ancorariam o apoio da imprensa estadunidense e internacional, iriam, por conseguinte, fabricar um consenso generalizado à opinião pública de que Saddam Hussein<sup>6</sup> estaria ligado aos atentados do 11 de Setembro, e de como o ditador era uma «*ameaça iminente*» à segurança dos Estados Unidos. A imprensa portuguesa, à semelhança da muita da imprensa internacional, tornar-se-ia então cúmplice das posteriores políticas externas da administração Bush.

Também a imprensa nacional também criaria uma polarização com base religiosa/ideológica entre Ocidente e o mundo árabe e muçulmano, designadamente através da estereotipização, demonização do Islão e sua conotação com o extremismo e fundamentalismo, muitas das vezes produzindo tensões e associando-o ao terrorismo (Cf. Kellner, 2007: 138).

Muçulmanos foram constantemente designados como os potenciais autores dos ataques terroristas das torres gémeas. Esta diabolização mediática condicionara a opinião pública, contribuindo para a “*fabricação do consenso*”<sup>7</sup>, ou seja – para que determinado posicionamento ganhasse a adesão por parte da opinião pública. Esse posicionamento assentara numa doutrina que certos grupos religiosos e étnicos fossem associados aos autores dos ataques.

---

<sup>6</sup> O Departamento de Defesa dos Estados Unidos contratara uma empresa de relações públicas (Grupo Rendon) para fabricar cerca de 50 notícias alarmantes em relação ao poderoso armamento iraquiano, bem como facultar opiniões pró-guerra e invasão no Iraque (Cf. Kellner, Douglas: *Idem* p. 134).

<sup>7</sup> “*Fabricação do consenso*” – expressão utilizada e designada por Walter Lippman em 1920.

### 3. O terrorismo internacional dos Estados Unidos na música de Valete

No repertório de Valete destacam-se duas músicas que fazem referência à influência direta da política externa dos Estados Unidos e ao terrorismo internacional: *“Anti-Heroi”* e *“Fim da Ditadura”*. A pertinência destas duas músicas, no vasto panorama da música portuguesa, consiste na unicidade da forma que o tema bem como determinados factos históricos são tratados. Numa preliminar e resumida análise, salta à vista uma inversão (comparativamente às notícias da imprensa oficial) no que concerne aos principais responsáveis pelo terrorismo internacional perpetrado ao longo dos séculos XX e XXI onde, de acordo estas duas músicas de Valete, os Estados Unidos surgem como os principais responsáveis e autores.

A *“revolução”* de Valete é representativa do *“terceiro mundo”*, do *“povo”*, e insurge-se contra o *“genocídio capitalista”*, a *“casa branca”*, a *“América Imperialista”* - os Estados Unidos são representados como os *“opressores”*, a *“escória”*, o *“demónio”*, *“parasitas de devastaram, arrasaram vidas”*. Valete situa as vítimas em alguns países onde os Estados Unidos são diretamente responsáveis ou corresponsáveis: *“Palestina, Cambodja, Vietname, Angola, Iraque, Somália, Afeganistão, Bósnia”* e Japão (Hiroshima e Nagasaki) - onde há *“gente angustiada, traumatizada por um passado onde foram pisadas, martirizadas, apedrejadas, excluídas, extorquidas, estropiadas, cuspidas”* (Valete, 2006).

A seguinte secção deste artigo consiste na averiguação das representações do *rapper* Valete em relação à intervenção dos Estados Unidos em alguns dos territórios designados pelo autor: Iraque, Palestina e Vietname. Nesta seguinte secção o conflito e/ou motivos da intervenção serão aclarados; bem como serão apurados eventuais crimes de guerra / atos de terrorismo.

### 4. A invasão dos EUA no Iraque (2003)

Foram três as alegações utilizadas pelos Estados Unidos que justificaram, perante a opinião pública, a invasão no Iraque em 2003: (1) que Saddam Hussein tinha armas (químicas e biológicas) de destruição maciça, e que estas representavam uma séria ameaça para os países vizinhos e para os Estados Unidos; (2) que o ditador estava diretamente ligado aos atentados terroristas nos Estados Unidos a 11 de Setembro de 2001 e que mantinha estreitas relações com a Al-Qaeda<sup>8</sup> e Bin Laden<sup>9</sup>. Estas alegações

---

<sup>8</sup> Ver George Bush, Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Tony Blair a propósito das razões que justificaram a invasão nos Estados Unidos no Iraque: *“The Iraq War – Total Lies and Total Proof”*

reproduzidas pelos media portugueses, e apoiadas pela grande maioria dos comentadores e analistas que os representam, contribuíram para legitimar à opinião pública uma operação militar em grande escala no Iraque que resultou na destruição de um país desenvolvido juntamente com, até à data, mais de um milhão de civis mortos (Cf. Just Foreign Policy) e um milhão e meio de refugiados. Posteriormente à invasão George Bush, Dick Cheney e Donald Rumsfeld viriam negar que o Iraque possuísse armas de destruição maciça ou que tivesse qualquer ligação com os ataques terroristas, nos Estados Unidos, a 11 de Setembro de 2001<sup>9</sup>.

Para além de ilegítima, a invasão no Iraque foi totalmente ilegal à luz do direito internacional, precisamente pelo não envolvimento do Iraque e de Saddam Hussein nos atentados às Torres Gémeas e no Pentágono; bem como se comprovou a não existência de armas de destruição maciça no país. O então secretário das *Nações Unidas* Kofi Annan também confirmara a ilegalidade da invasão, à luz da *Carta das Nações Unidas*, mencionando que a decisão deveria ser dada pelo *Concelho de Segurança*, e não adotada unilateralmente (Cf. BBC News, 2004). Dos incontáveis crimes de guerra e ações que fustigaram o Iraque enquadráveis na definição de terrorismo, de acordo com o *Departamento de Defesa dos Estados Unidos*, destaca-se a “*Operation Phantom Fury*” (2004) em Fallujah, onde seria usado urânio empobrecido (proibido de acordo com o direito internacional). O uso militar destes químicos deixou, e deixará por muito tempo, as suas consequências nas gerações de iraquianas vindouras. Resultados de um estudo epidemiológico de base populacional do *International Journal of Environmental Studies and Public Health* (IJERPH) demonstra que há um aumento de cancro, leucemia, linfoma, tumores e aumento da mortalidade infantil devido à exposição ao urânio empobrecido libertado pelas forças militares estadunidenses em 2004 (Cf. Busby et al., 2010).

## 5. O Direito Internacional na questão EUA/Israel e Palestina

O envolvimento dos Estados Unidos com a Palestina implica necessariamente um outro ator - Israel, em torno do qual as políticas externas são, por condição, auspiciosas. Para este caso, as organizações que tutelam o direito internacional: *Tribunal Internacional de Justiça* e *Nações Unidas* - são as referências que classificam o conflito como mais simples como publicamente é tratado pela imprensa de referência. Todos os anos a *Assembleia*

---

<sup>9</sup> De recordar que a rede terrorista islâmica *Al Qaeda* e Bin Laden foram uma guerrilha treinada e apoiada militarmente pela CIA, quer no Paquistão, quer no Afeganistão e que tinham o propósito de expulsar os soviéticos do território Afegão.

<sup>10</sup> George Bush, Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Tony Blair a declararem que Saddam e o Iraque não tiveram nada a ver com os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos (Cf. “*The Iraq War – Total Lies and Total Proof*”).

*Geral das Nações Unidas* vota numa resolução intitulada “*Acordo pacífico para a questão da Palestina*” (United Nations, S/D) onde são adereçadas quatro questões que incluem fronteiras; Jerusalém Este; colonatos; e palestinianos/as refugiados/as.

Em relação a Fronteiras, Jerusalém Este e o Muro, o documento reafirma o princípio de inadmissibilidade de aquisição de território através da guerra. Salieta a necessidade de:

- a) Retirada de Israel de território palestiniano (Cisjordânia e Gaza), ocupado desde 1967, incluindo Jerusalém Este (*Idem*).
- b) O reconhecimento dos direitos inalienáveis do povo palestiniano, designadamente à sua autodeterminação e o direito ao seu Estado independente. O documento consagra o direito de todos os Estados da região viverem em paz dentro das suas fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas (...) com base nas fronteiras pré-1967 (*Idem*).
- c) Esta resolução reafirma a ilegalidade dos colonatos israelenses em território palestiniano ocupado desde 1967, incluindo Jerusalém Este (*Idem*) e reitera a cessação completa de todas as atividades de colonatos israelenses em Territórios Palestinos Ocupados (*Idem*).

Finalmente, esta resolução também reafirma que a construção por Israel, a potência ocupante, de um muro no território palestino ocupado, inclusive em Jerusalém Este e arredores, viola o direito internacional (Cf. *Idem*).

A *Assembleia Geral das Nações Unidas* salienta neste documento anual a necessidade de uma solução justa para o problema dos refugiados palestinianos<sup>11</sup>, e que devem ter o direito de retorno às suas casas e terras (...) (United Nations, S/D).

Perante esta resolução, todos os anos os votos são idênticos na *Assembleia Geral das Nações Unidas*: a esmagadora maioria dos Estados membros de um lado; Israel, EUA e poucos países de outro. Por exemplo, a resolução de 2012 foi votada favoravelmente pela vigésima vez por 163 países, com apenas 6 (Canadá, Israel, Ilhas Marshall, Micronésia, Palau e Estados Unidos) a votarem contra (Cf. United Nations, 2013). O constante veto dos Estados Unidos é determinante para a não resolução do problema.

Adicionalmente, o *Tribunal Internacional de Justiça* publicou (em 2004) um parecer consultivo sobre o conflito israelo-palestiniano, o que pressupôs que o direito internacional tivesse de ser revisto relativamente às questões acima mencionadas: colonatos; Jerusalém, e fronteiras. De forma unânime, os 15 juizes declararam que Israel adquiriu Cisjordânia e Gaza pela força, no decorrer da guerra de 1967 e, como tal, não

---

<sup>11</sup> Em conformidade com a resolução 194 (III) [viii], de 11 de dezembro de 1948

tem qualquer direito sobre estes territórios (Cf. International Court of Justice, 2013: 10). O *Tribunal Internacional de Justiça* conclui que os colonatos israelenses em Território Palestiniiano Ocupado (incluindo Jerusalém Este) foram estabelecidos em violação do direito internacional (*Idem*).

Não há desacordo nem controvérsia nos termos para se resolver o conflito, de acordo com o direito internacional. Isoladamente do resto do mundo, os EUA têm vetado indiscriminadamente as mais de 35 propostas de resolução sobre Israel e Palestina nas sessões anuais da *Assembleia Geral das Nações Unidas*. Para além da ajuda económica ascender aos \$103,6 bilhões (de 1948 a 2008) a Israel (Cf. Sharp, 2015), os Estados Unidos não condenam nem interferem nos atos de genocídio, ocupação e tortura de Israel na Palestina. Por exemplo, a ocorrida “*Operation Cast Lead*” (2008/09) em Gaza, em que a *Amnistia Internacional* designou como «*Israel/Gaza: Operation "Cast Lead": 22 days of death and destruction*» (2009) Israel cometeu diversos atos de terrorismo e crimes de guerra, o que resultou na morte de mais 1400 civis palestinianos.

## 6. EUA e a guerra do Vietname

As versões oficiais sobre o envolvimento dos EUA no Vietname tendem a ser mais ou menos unânimes ao referirem que os Estados Unidos estavam a defender Vietname do Sul da agressão do Vietname do Norte. Complementarmente, a opinião pública estadunidense era inicialmente favorável ao envio de tropas para o Vietname num contexto da segunda fase do “*Red Scare*”<sup>12</sup>, com base na premissa da não proliferação do comunismo o que, alegadamente, asseguraria a segurança interna dos Estados Unidos. Estes seriam dois dos três motivos alegados pela classe política para justificar a invasão e a guerra. Por exemplo, o então Presidente Lyndon Johnson justificara a escalada militar dos Estados Unidos no Vietname

(...) com fim de diminuir a agressão. Fazemos isso para aumentar a confiança das pessoas corajosas do Vietname do Sul que de forma brava se encontram nesta batalha brutal durante tantos anos, com tantas vítimas. E fazemos isto para convencer os líderes do Vietname do Norte, e todos os que procuram a partilhar a sua conquista, de um simples facto: Nós não seremos derrotados. Nós não nos iremos cansar. (Johnson *in* AZ Quotes , 1965: 3).

---

<sup>12</sup> A ideologia anticomunismo, elencada com o “*Red Scare*”, foi dissimulada através dos media e das escolas aos/às cidadãos/ãs estadunidenses no decorrer do século XX. População estadunidense seria constantemente mobilizada para considerar soviéticos, chineses, revoluções democráticas em países da América Latina (como a revolução cubana) como ameaça à soberania e segurança nacional.

O terceiro pretexto da ofensiva foi precisamente os supostos ataques de três lanchas vietnamitas, no largo da costa do Vietname do Norte, ao destroyer estadunidense *USS Maddox* e ao *USS Turner Joy* - o que levou à aprovação da *Resolução do Golfo de Tonkin*, que daria a Lyndon Johnson carta verde para conduzir a guerra (sem declaração formal) no Sudoeste Asiático. De acordo com documentos secretos da *Agência Nacional de Segurança*, este “fabricado” (Cf. Agence France Presse, 2008) terceiro pretexto seria fundamental para angariar o apoio da opinião pública para a escalada militar estadunidense no Vietname em 1965<sup>13</sup>.

Entre Março de 1965 e Novembro de 1968 a designada operação “*Rolling Thunder*” dizimou o Vietname do Norte com um milhão de toneladas de mísseis, foguetes e bombas, operação que implicou o uso de duas vezes mais bombas quando comparado com toda a Europa durante a Segunda Guerra Mundial (Cf. Van Staaveren, 2002: 212). Tal como vaticinava o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea Curtis LeMay - «*devemos bombardeá-los e fazê-los regredir à Idade da Pedra*» (LeMay in “*World War II Database*”).

A crença inicial da missão militar dos Estados Unidos era também reproduzida pelos próprios representantes militares que, após permanecerem no terreno, se apercebiam de uma outra realidade. Refere o então Tenente Robert Muller:

Escolhi o Vietname, escolhi a infantaria, e acreditava absolutamente que estávamos aqui para repelir esta invasão comunista vinda do norte em nome da liberdade das pessoas do Sul. Mas não demorou muito tempo, após estar aqui na guerra, para perceber esse mito e confrontar a realidade que estava neste país (...). Quando cheguei ao aeroporto aqui em Denang e vi todas estas pessoas de pijamas pretos a andarem de um lado para o outro, pensei... o que raio é que os supostos vietcongs e o inimigo fazem aqui pelo aeroporto? (...) Vietname foi uma mentira. Uma mentira desde o início (...) (Muller in Pilger: 1995)

Declarações de outros veteranos estadunidenses que estiveram na guerra do Vietname:

«*No primeiro dia que cheguei a Vietname aterrei à base aérea de Denang (...) e fui recolhido pelo camião cheio de marines (...). Após 5 milhas passamos por crianças vietnamitas, que nos fizeram o velho gesto do dedo. Abrandaram o camião e eles, incluindo o tenente, estouraram com as 4 ou 5 crianças; depois o camião seguiu o seu curso. Foi o meu primeiro dia no Vietname*» (in “*Vietnam War Documentary: The American War Crimes*”)

---

<sup>13</sup> Os Estados Unidos tinham como intenção impedir a independência do Vietname do Sul, pois temiam que o seu “takeover” pelas forças nacionalistas fosse conciliador - e que toda a região pudesse funcionar económica e socialmente, separando o Vietname da órbita estadunidense - o que seria contraproducente, porque poderia ser um modelo para outros movimentos e grupos de países vizinhos.



«Usamos morteiros de Willie Pete [White Phosphorus, ou Fósforo Branco] em aldeias, também em casas. Também matamos pessoas. (...). Provavelmente uma das piores visões é ver alguém a arder com Willie Pete porque não pára, o corpo arde completamente. A única forma de parar com a queimadura é cortar o ar, o que é muito difícil» (Idem).

«A forma que distinguíamos civis e vietcongs: toda a gente que estava morta passava a ser vietcong.» (Idem).

Uma intensa guerra química e biológica foi também imposta no Vietname através, por exemplo, da “Operation Ranch Hand” que envolveu a pulverização de químicos em florestas desde o ar numa tentativa de aniquilar a *Frente Nacional de Libertação*. Só em 1969, esta operação destruíra 1,034,300 hectares de floresta (Cf. Simkin, 2015). O então Senador Gaylord Nelson afirmara que «os Estados Unidos largaram no Sul do Vietname uma quantidade de químicos tóxicos equivalentes a 2,7kg por pessoa, incluindo homens, mulheres e crianças» (Cf. Perni, 2005: 108). Como resultado direto dos 72 milhões de litros pulverizados da dioxina (Agente Laranja), o Vietname tem presentemente mais de 50,000 de crianças que nasceram com deformações físicas (Idem).

Os Estados Unidos cometeram diversos crimes de guerra e massacres no Vietname. O massacre na aldeia de My Lai foi um deles. De acordo com a *Amnistia Internacional*, a 16 de Março de 1968, soldados estadunidenses entraram em My Lai e assassinaram aproximadamente 500 civis residentes de um total de 700 (Cf. Amnesty International, S/D: 119). Entre as vítimas havia mulheres e crianças que estavam num templo que foram assassinadas à queima-roupa. Muitos outros civis foram executados em massa. Um dos protagonistas foi o Tenente William Calley que ordenou soldados que assassinassem entre 70 a 80 homens, mulheres e crianças numa vala na ala oriental da aldeia. Também foram documentadas violações.

Em 1975, o país ficara devastado com cerca de 587,000 civis mortos só pelos EUA (Cf. Wiesner, 1988: 310), foram cometidos diversos crimes de guerra, milhões de hectares de florestas e plantações fustigadas com desfolhantes químicos (napalm e agente laranja), infraestruturas (pontes, habitações, aldeias, estradas, fábricas, hospitais) foram completamente destruídas derivado do lançamento de bombas via aérea (Cf. Marked by Teachers). As reparações derivadas da invasão e destruição estadunidense não foram facultadas ao Vietname. O então Presidente Jimmy Carter referira, em 1978, «Nós não lhes devemos nada. Os danos são mútuos» (Apud. Pilger, 1995).

Quando o exército estadunidense deixara o terreno, o Vietname teve de imediato sanções económicas dos Estados Unidos, sanções que abarcaram o comércio e a ajuda humanitária. Estas sanções económicas seriam apenas levantadas por Bill Clinton, após



os Vietnamitas serem obrigados a pagar aos Estados Unidos 140 milhões de dólares pelas mortes que haveriam ocorrido nas forças ocupadoras.

## 7. Conclusões

Neste estudo verificou-se que há uma disparidade de representações sobre o terrorismo quando comparamos as versões oficiais dos media em Portugal com as duas músicas (“*Anti-Heroí*” e “*Fim da Ditadura*”) do rapper português Valete.

No caso do Iraque, as imputações de Valete em relação aos media nas práticas de “*manipular*”, “*formatar*” e “*enganar*” (Valete, 2006) revelam-se autênticas em relação ao terrorismo. A campanha mediática portuguesa, à semelhança de outras emissoras internacionais (e.g.: New York Times, CBS, a Fox News, a CNN, ABC, etc.) acabou por reunir um determinado consenso na opinião pública de que o Iraque e Saddam Hussein estariam envolvidos nos ataques das torres gémeas e do Pentágono, a 11 de Setembro de 2001. As declarações (não mediatizadas) dos líderes políticos George Bush, Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Tony Blair após a invasão no Iraque foram claras: (1) o Iraque não possuía armas de destruição maciça (2) Saddam não teve qualquer ligação com os ataques terroristas; e (3) foi comprovada a não existência de armas de destruição maciça no Iraque<sup>14</sup> - o que tornou a invasão dos EUA ilegítima e ilegal à luz do direito internacional. Desta forma, as representações mediáticas em Portugal foram coniventes de uma agenda de guerra, afirmada oficialmente como a “*guerra preventiva*” e “*guerra contra o terrorismo*” - o que acabaria por ser útil para os interesses económicos de grupos empresariais estadunidenses e britânicos (i.e., empresas de armamento, de energia, de construção, de segurança, de alta tecnologia, etc.), bem como para o aumento do controlo geoestratégico estadunidense do Médio Oriente.

Complementarmente, a cobertura mediática (inclusive a nacional) em relação às vítimas de terrorismo tende a ser hierarquizante: as vítimas dos atentados terroristas a 11 de Setembro de 2001 nos EUA tiveram um destaque dramático, digno, foram mais humanizadas e individualizadas - o que potenciou gerar nas audiências o despoletar de emoções diversificadas. Antagonicamente, quando noticiadas, as populações civis no Iraque não foram representadas como vítimas de terrorismo, mas com detalhes ligeiros e com pouca (ou nula) contextualização, o que implicou uma humanização mínima. Este tipo de desfazamento mediático retira importância histórica e ética não só às vítimas, como também aos atos terroristas - designadamente os cometidos pelos EUA em que, no

---

<sup>14</sup> Vide declarações de George Bush, Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Tony Blair: “*The Iraq War – Total Lies and Total Proof*”.

caso do Iraque, resultaram em danos materiais e civis bem mais severos em comparação com os atentados de 11 de Setembro de 2001.

A segunda parte deste artigo tinha como objetivo averiguar se as representações do *rapper* Valete (em “*Fim da Ditadura*” e em “*Anti-Heroi*”) em relação aos Estados Unidos são autênticas no que concerne ao seu envolvimento em atos terroristas. Embora Valete utilize uma linguagem por vezes excessiva<sup>15</sup>, as suas alegações demonstram ser autênticas em relação aos Estados Unidos no que concerne a práticas terroristas nos três casos tratados neste artigo: Iraque, Palestina (neste caso indireto) e Vietname.

No caso do Iraque, tal como revisto anteriormente, a invasão militar estadunidense, adotada de forma unilateral e sem a aprovação o *Conselho de Segurança da ONU*, foi totalmente ilegal à luz do direito internacional – tal como confirmara o então secretário Kofi Annan; além de que os motivos alegados pelos responsáveis políticos foram adulterados. Além da ilegalidade da invasão e ocupação militar, foram bombardeados alvos civis (casas, hospitais, esquadras, escolas, etc.), resultando em milhares de mortos civis – o que se enquadra nas práticas de terrorismo (de acordo com a definição do *Departamento de Segurança dos Estados Unidos*). Adicionalmente, foram contabilizados crimes de guerra, como a “*Operation Phantom Fury*” (2004) em Fallujah onde foi usado urânio empobrecido (proibido de acordo com a Convenção de Genebra) pelas forças militares estadunidenses (Cf. Busby, 2010).

No caso da Palestina, as políticas externas dos Estados Unidos apoiam totalmente Israel, diplomaticamente, economicamente e militarmente. Diplomaticamente: devido ao seu estatuto de membro permanente do *Conselho de Segurança*, os Estados Unidos, praticamente isolados do resto da comunidade internacional, vetam consecutivamente as propostas de resolução (que aludem às Fronteiras; Jerusalém Este, Colonatos; palestinianos refugiados) que dariam à Palestina autodeterminação e estatuto de Estado (United Nations, 2013). Neste sentido, os Estados Unidos legitimam: a ocupação de Israel em território palestiniano (que dura desde 1967); o aumento dos colonatos; a usurpação de Jerusalém Este; a negação do direito de retorno para os refugiados palestinianos; bem como o bloqueio a Gaza. O próprio *Tribunal Internacional de Justiça* refere (no seu parecer consultivo de 2004) que Israel está em constante “*violação do direito internacional*” no que concerne aos pontos anteriormente mencionados. Concomitantemente, os Estados

---

<sup>15</sup> E.g.: “América já ardia, rendida à nossa investida; Ficaram na defensiva, deixámos tropas sem vida; Eramos só homicidas com ira, topa a chacina” (...) “Largámos bué da mísseis em New York, Carolina California, Louisiana, Detroit e Virgínia, Georgia, Indiana, Illinois, Pensilvânia e Kansas” – In Valete, “*Fim da Ditadura*” (2004)

Unidos continuam, abertamente, a apoiar a militarização<sup>16</sup>, atos de genocídio, tortura, e colonização israelense em território palestino ocupado.

Por fim, no caso da Guerra no Vietname, a alegação do *rapper* Valete é também correta na sua acusação aos Estados Unidos. Primeiramente, os motivos alegados pela classe política estadunidense confirmaram-se falsos: (1) os EUA não queriam defender o Vietname do Sul da agressão do Vietname do Norte; (2) o comunismo não era uma ameaça para a segurança interna dos EUA; (3) o *USS Maddox* e o *USS Turner Joy* não foram atacados por lanchas vietnamitas no Golfo de Tonkin (Cf. Agence France Presse , 2008). Durante a campanha de guerra, as operações militares estadunidenses registaram o uso de duas vezes mais bombas em comparação com toda a Europa durante a *Segunda Guerra Mundial* (Cf. Van Staaveren, 2002: 212). Foram também conduzidas intensas guerras químicas e biológicas em áreas civis, plantações, florestas, bem como em aldeias e civis (homens, mulheres e crianças), através do uso de *Fósforo Branco* e *Agente Laranja*; foram também cometidos massacres como os da aldeia de My Lai (Cf. Amnesty International, S/D: 119): ações que também se enquadram em crimes de guerra e em atos de terrorismo.

---

<sup>16</sup> De 1949 a 2008, os Estados Unidos forneceram a Israel mais de US \$103,6 bilhões da ajuda externa, composta principalmente de ajuda militar \$56,0 bilhões mais ajuda económica de \$30,9 bilhões (Cf. Sharp, 2015).

## Referências bibliográficas

### Livros

- Crane, Diana (1992): *The production of culture of media and the urban arts*. London: Sage Publications.
- Perni, Holliston (2005): *Heritage of hypocrisy (why they hate US)*: Pleasant Mount Press, Inc.
- Schmid, Jongman et al. (2005): *Political terrorism: a new guide to actors, authors, concepts, data bases, theories, & literature*. Transaction Publishers USA.
- Wiesner, Louis A. (1988): *Victims and survivors displaced persons and other war victims in Viet-Nam*. New York: Greenwood Press.

### Artigos e relatórios online

- Amnesty International (2009): *Israel/Gaza: Operation "Cast Lead": 22 days of death and destruction*, disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/MDE15/015/2009/en/>.
- Amnesty International USA Publications (S/D): *Unmatched Power, Unmet Principles: The Human Rights Dimensions of US Training of Foreign Military and Police Forces*, disponível em: <http://www.amnestyusa.org/pdfs/msp.pdf>.
- Agence France Presse (2008): *Report Reveals Vietnam War Hoaxes, Faked Attacks January*, disponível em: <http://www.commondreams.org/news/2008/01/09/report-reveals-vietnam-war-hoaxes-faked-attacks>.
- AZ Quotes (S/D): *Lyndon B. Johnson Quotes*, disponível em: [http://www.azquotes.com/author/7511-Lyndon\\_B\\_Johnson?p=3](http://www.azquotes.com/author/7511-Lyndon_B_Johnson?p=3)
- BBC News (2004): *Iraq war illegal, says Annan*, disponível em: [http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle\\_east/3661134.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3661134.stm)
- Busby, Chris; Hamdan, Malak; Ariabi, Entesar (2010): "Cancer, Infant Mortality and Birth Sex-Ratio in Fallujah, Iraq 2005-2009", *Int. J. Environ. Res. Public Health*, disponível em: doi:10.3390/ijerph707000x.
- Carney, Stephen A. (2001): "Allied Participation in Operation Iraqi Freedom", Washington D.C.: Center of Military History United States Army, disponível em: [http://www.history.army.mil/html/books/059/59-3-1/cmh\\_59-3-1.pdf](http://www.history.army.mil/html/books/059/59-3-1/cmh_59-3-1.pdf).

- Fonseca, Rui Pedro (2012): "O memorial mediático português do 9/11: distorções, omissões, e a fábula da vitimização do agressor", *Biblioteca Online Ciências da Comunicação*, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/paq/fonseca-rui-o-memorial-mediatico-portuques.pdf>
- General Assembly (S/D): *Peaceful settlement of the question of Palestine (Resolution)*, disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=136052NG93H74.384216&profile=voting&uri=full=3100023~!986767~!0&ri=1&aspect=power&menu=search&source=~!horizon>
- International Court of Justice (S/D): *Case concerning military and paramilitary activities in and against Nicaragua; 27 June 1986*, disponível em: <https://www.icrc.org/casebook/doc/case-study/icj-nicaragua-united-states-case-study.htm>
- International Court of Justice (2004): *Legal consequences of the construction of a wall in the occupied Palestinian territory (Request for advisory opinion)*, disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/131/1677.pdf>.
- Just Foreign Policy (S/D): *Iraq Deaths*, disponível em: <http://www.justforeignpolicy.org/iraq>.
- Kellner, Douglas (2007): "The media in and after 9/11 (Book Review)", *International Journal of Communication*: 123-142, disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/download/197/102>.
- Marked by Teachers (S/D): *Vietnam – the effects of the war on Vietnam and on USA*, disponível em: <http://www.markedbyteachers.com/as-and-a-level/history/vietnam-the-effects-of-the-war-on-vietnam-and-on-the-usa.html>.
- Pereira, Andreia (2005): *O 11 de Setembro na imprensa portuguesa: a semana seguinte*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dissertação de mestrado em comunicação e jornalismo, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/paq/pereira-andreia-11-setembro-imprensa-portuguesa.pdf>
- Rocha, Daniel (2008) - Início da guerra no Iraque foi ditado há cinco anos na Cimeira das Lajes, *O Público*, disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/inicio-da-querra-no-iraque-foi-ditado-ha-cinco-anos-na-cimeira-das-lajes-1322785>
- Sharp, M. Jeremy (2015): U.S. Foreign Aid to Israel, 10<sup>th</sup> June 2015 Congressional Research Service, disponível em: <http://www.fas.org/sqp/crs/mideast/RL33222.pdf>
- Silva, Augusto Santos (2016): A questão da identidade nacional: história e representação, disponível em: [https://portugalaoespelho.files.wordpress.com/2016/03/ficha\\_-\\_identidade-nacional.pdf](https://portugalaoespelho.files.wordpress.com/2016/03/ficha_-_identidade-nacional.pdf)

SIMKIN, John (2015): "Chemical Warfare", *Spartacus Educational*, disponível em: <http://spartacus-educational.com/VNchemical.htm>

United Nations (2013): *Peaceful settlement of the question of Palestine*, disponível em: <https://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/o/CD5CCFBE7DB6A34185257C78004D38D4>

United Nations Security Council (1986): Verbatim Report, disponível em: [http://www.un.org/qa/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PV.2718](http://www.un.org/qa/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.2718)

Van Staaveren, Jacob (2002): *The Air War Over North Vietnam, 1965-1966*, Washington DC: Air Force History and Museums Program, disponível em: <http://www.airforcehistory.hq.af.mil/Publications/fulltext/GradualFailure.pdf>

WORLD War II Database (S/D): Curtis LeMay, disponível em: [http://ww2db.com/person\\_bio.php?person\\_id=509](http://ww2db.com/person_bio.php?person_id=509)

### Videos

The Iraq War - Total Lies and Total Proof (S/D), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XNFDXSKh17I>

Pilger, John; Vietnam - The Last Battle (1995), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=olBCIn4NKds>

Pilger, John; "Vietnam Now" (1995), disponível em: <http://johnpilger.com/articles/vietnam-now>

"Vietnam War Documentary: The American War Crimes" (S/D), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZvwPtRLFbq8>

### Canções

Valete (2006): "Anti-herói", *Serviço Público*, Horizontalrecords (CD). Letra disponível em: <https://www.vagalume.com.br/valete/anti-heroi.html>

Valete (2005): "Fim da ditadura", *Poesia Urbana vol. 1*, Horizontalrecords (CD). Letra disponível em: <https://www.vagalume.com.br/valete/fim-da-ditadura-2.html>